



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Disputas, resistência e direitos territoriais: uma análise sobre o território quilombola de Alto Alegre, Horizonte ? CE

Autoria: Antonio Jeovane da Silva Ferreira (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

A comunidade de Alto Alegre, localizada no município de Horizonte, região metropolitana de Fortaleza, é uma das 87 comunidades remanescentes quilombolas no Estado do Ceará. Sua gênese e trajetória histórica, conferida por Negro Cazusa, africano e ex-cativo e uma indígena da etnia Paiacu, remontam, de um lado, a luta do povo negro contra a escravidão e, de outro, a sua (re)atualização que realça, contemporaneamente, um movimento de reivindicação identitária e territorial. Desde seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em meados de 2005, diferentes estratégias têm sido articuladas para o fortalecimento da identidade quilombola, concomitantemente a luta em defesa da demarcação e titularização de seu território ancestral, o que tem sido pauta chave para sua organização política, nascida em meio às tensões históricas. Neste bojo, este tem sido um território disputado por diferentes segmentos, desde os agentes político-econômicos da região em que está inserido, pelo impacto advindo pelos empreendimentos hídricos partidos do governo estadual, pela vertiginosa expansão da industrialização no município de Horizonte e também pelos conflitos na relação com os ?outsiders? e/ou os ?diferenciados?, portanto, os ?de fora?. Diante dessa conjuntura onde há a atuação direta de diferentes forças e ainda sob um olhar antropológico, o presente work visa discutir os impactos destas disputas sobre a identidade e o território quilombola e realçar ainda as estratégias de luta e resistência frente às forças hegemônicas atuantes.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: